

ANTÓNIO BARROS CARDOSO | AURÉLIO DE OLIVEIRA (Coord)

Actas do  
I Congresso Internacional de

# VINHO VERDE

HISTÓRIA, ECONOMIA,  
SOCIEDADE E PATRIMÓNIO

19 a 21 de Outubro de 2007  
Maia – Penafiel – Baião

 **APHVIN / GEHVID**  
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE  
HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO



Confraria do  
Vinho Verde

TÍTULO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE VINHO VERDE:  
HISTÓRIA, ECONOMIA, SOCIEDADE E PATRIMÓNIO

COORD. CIENTÍFICA António Barros Cardoso  
Aurélio de Oliveira

EDIÇÃO APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho  
Confraria do Vinho Verde

FOTOS Inês d'Orey

CONCEPÇÃO GRÁFICA SerSilito - Maia

TIRAGEM 600 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 304977/10

ISBN 978-972-98969-7-2

#### Comissão de Honra

Presidente da República  
Ministra da Cultura  
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
Governadora Civil do Porto  
Governador Civil de Viana do Castelo  
Governador Civil de Braga  
Reitor da Universidade do Porto  
Reitor da Universidade do Minho  
Presidente da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes  
Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional-Norte  
Presidente da Região de Turismo Verde Minho  
Presidente da Região de Turismo do Alto Minho  
Presidente da Agência Portuguesa para o Investimento  
Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia  
Director Regional da Agricultura e Pescas do Norte  
Presidente da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo  
Arcebispo de Braga  
Grão-Mestre da Confraria do Vinho Verde  
Presidente da Câmara Municipal da Maia  
Presidente da Câmara Municipal de Baião  
Presidente da Câmara Municipal de Penafiel  
Presidente da Câmara Municipal de Braga  
Presidente da Câmara Municipal de Guimarães  
Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras  
Presidente da Câmara Municipal do Porto  
Presidente da Câmara Municipal de Fafe  
Presidente da Câmara Municipal de Monção  
Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira  
Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena  
Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo  
Presidente da Câmara Municipal de Esposende  
Presidente da Câmara Municipal de Paredes  
Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura  
Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez  
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão  
Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima  
Presidente da Câmara Municipal de Amarante

#### Comissão Científica

Professor Doutor António Barros Cardoso  
Professor Doutor António Cardoso Pinheiro de Carvalho  
Professor Doutor Jorge Queirós  
Professor Doutor Aurélio de Oliveira  
Professor Doutor Vítor Teixeira  
Professor Doutor José António Oliveira  
Professora Doutora Amélia Polónia  
Professora Doutora Ana Sílvia Albuquerque Nunes  
Professor Doutor Luís António de Oliveira Ramos  
Professor Doutor Armando Malheiro  
Professor Doutor Carlos Brochado de Almeida  
Professora Doutora Célia Taborda  
Professor Doutor Eduardo Gonçalves  
Professor Doutor Hélder Marques  
Professor Doutor Henrique Gomes de Araújo  
Professor Doutor José Augusto Pizarro  
Professor Doutor José Viriato Capela  
Professora Doutora Maria Eunice Salavessa  
Professora Doutora Maria Inês Abreu Silva  
Professor Doutor Francisco Ribeiro da Silva  
Professor Doutor Manuel Henriques Rodrigues  
Professor Doutor Rogério de Castro  
Professor Doutor Tim Hogg  
Professora Doutora Maria Antonieta Cruz  
Professor Doutor Javier Maldonado Rosso  
Professor Doutor Alberto Ramos Santana  
Dr<sup>a</sup>. Teresa Mota

#### Comissão Organizadora

(Presidente: Professor Doutor Aurélio de Oliveira)  
Professor Doutor António Barros Cardoso  
Professor Doutor Vítor Teixeira  
Professor Doutor Jorge Queirós  
Professor Doutor José António de Oliveira  
Dr. Luís Gusmão Rodrigues  
Dr. José Maria Lacerda e Megre  
Eng<sup>o</sup>. José Arriscado Gomes Ribeiro

## Arnelas: *uma villa contra a cidade?*

José Ferrão Afonso  
Assistente regente da Escola das Artes da UCP, investigador do Citar

Numa obra célebre, James Ackermann define a *villa* como «...um edifício no campo desenhado para o prazer e descanso do seu proprietário...»; ressalva ainda que, embora ela pudesse ser o centro de uma empresa agrícola, seria sempre a componente lúdica, de prazer, a distingui-la da casa rural apropriada a esta última. Na realidade, enquanto o empreendimento agrícola tenderia a ter uma estrutura muito simples, que conservava as formas tradicionais, não requerendo, portanto a intervenção de um projectista, a *villa* resultaria sempre da imaginação de um arquitecto sendo, por conseguinte, uma declaração de modernidade.

Ackermann prossegue afirmando que a *villa*, apesar do seu carácter rural, não poderia ser entendida sem a cidade, já que não existia autonomamente, mas sim com o objectivo de proporcionar um contrapeso aos valores e residências urbanas. Economicamente, a *villa* seria um satélite urbano; poderia ser construída e financiada pelos excedentes gerados pela indústria e comércio da cidade ou, no caso de sustentada pela agricultura, pelos excedentes desta última, embora produzidos marginalmente. Desse modo, o destino da *villa* estaria sempre intimamente ligado à cidade.

Existiam, todavia, excepções a esse modelo ideal; Ackermann refere a existência de um tipo específico de *villa* que estaria associada à colonização de determinado território e, portanto, se situava longe das cidades de que dependia. Neste grupo estariam os grandes centros agrícolas coloniais como os da Gália, Bretanha ou África na época romana, ou do sul dos EUA na época pré-independência. Estabelecidos em áreas praticamente desprovidas de desenvolvimento urbano, converteram-se, por si próprias, em centros industriais e culturais, importando os valores da cultura urbana. Mas, para além dessa componente económica, a *villa* seria, antes de mais, um projecto ideológico, um produto burguês no sentido exacto desta palavra, uma resposta às necessidades do residente urbano<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> ACKERMANN, James – *La Villa. Forma e ideologia de las casas de campo*. Madrid: Akal, 1997, pp. 7-8.

A urbanidade da *villa* pode-se entender, portanto, como parte de um ambiente cultural mais vasto: nos finais da Idade Média, o humanismo acentuará, em ruptura com a tradição medieval, o controlo da cidade sobre o campo, fragmentando uma realidade anteriormente indissociável<sup>2</sup>. Desse modo, no início do século XVI, se o Porto atrairá, como sempre tinha sucedido, os magnates da vizinhança; a novidade estará nas justificações por eles apresentadas para essa atitude. Em 1514, por exemplo, D. Manuel Pereira, queixando-se dos entraves que a Câmara colocava à sua estadia na cidade, informava o rei de como a sua esposa, D. Isabel de Meneses, tendo sido criada no ambiente culto da corte de Lisboa, gostaria, por vezes, de visitar o Porto, onde poderia desfrutar de semelhantes prazeres<sup>3</sup>.

D. Manuel Pereira não conseguiria os seus intentos: para a recusa deve ter contribuído o facto de ser o terceiro conde da Feira, cujos antepassados tinham uma longa tradição de quezílias com a elite portuense. Homem culto, que tinha frequentado a corte manuelina, possuía uma das melhores residências no Bairro Alto lisboeta<sup>4</sup>. Casaria em segundas núpcias, após o falecimento de Isabel de Meneses, com D. Francisca Henriques. Os interesses humanistas do conde seriam salientados pela encomenda da sua árvore genealógica a António de Holanda, pai de Francisco de Holanda, e João Menelau, oficial de armas de D. João III, que viria a ser autenticada em Évora a 22 de Fevereiro de 1534<sup>5</sup>. Foi a D. Manuel e D. Francisca Henriques que em 1539 o bispo do Porto Frei Baltasar Limpo emprazou em três vidas o casal de Arnelas, anteriormente chamado casal do Curral, situado no couto episcopal de Crestuma, freguesia de Santa Maria de Oliveira, em que se erguiam: «... hũas casas grandes torres com hum peitoril e pateo grande as quaes casas fez novamente o dito senhor conde....»<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger; NEVEUX, Hugues – La ville dominante et soumise, *Histoire de la France Urbaine* (Georges Duby, dir.), vol. III – *La ville classique de la Renaissance aux Révolutions* (Emmanuel Le Roy Ladurie, coord.). Paris : Seuil, 1981, p. 106.

<sup>3</sup> AHMP, A-PUB/9, *Livro 8 de Verações*, 1514, Janeiro 21, fl. 183.

<sup>4</sup> CASTILHO, Júlio – *Lisboa Antiga*, vol. I. Apud FERREIRA, Henrique Vaz – *Condes da Feira, Antecedentes*, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 19, 1953, p. 92.

<sup>5</sup> *Genealogia do III Conde da Feira/Estudos de Vasco Graça Moura e Maria José Mexia Bigotte Chorão*. Lisboa: Inapa, 1998, p. 41.

<sup>6</sup> ADP, *Mitra*, K/20/2-82, *Livro 4 de Prazos*. 29 de Novembro de 1539, fl. 82. vº. Apud AFONSO, José Ferrão – Arnelas: um porto muito especial, *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XXIV, nº 5, Maio 2005, p. 109. No *Censual da Mitra* (1542), ordenado por Baltasar Limpo e publicado por Cândido dos Santos, é referido o casal, aforado em três vidas a D. Manuel e D. Francisca Henriques com foro de noventa e cinco reis (SANTOS, Cândido dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Documentos e Memórias para a História do Porto, Porto: BPMP, 1973, pp. 405-406.

Dois anos antes, em 1537, o carmelita Baltasar Limpo fizera a sua entrada solene na cidade do Porto. Frei Baltasar foi o mais notável prelado do século XVI portuense, autor de uma profunda reforma pastoral, cultural e litúrgica da sua diocese, e seria expressamente nomeado por D. João III como representante português no Concílio de Trento. Tendo como modelo os pontífices humanistas romanos do século XV, entre os quais se destaca a figura de Nicolau V, entenderia o *munus* episcopal, e o serviço de Deus que ele em primeiro lugar representava, como sendo simultaneamente uma actividade espiritual, política e material. No limite, esse seria um bom pretexto para demonstrar a supremacia episcopal sobre a elite concelhia. É neste sentido que podemos entender o emprazamento do casal de Arnelas a D. Manuel Pereira<sup>7</sup> porque, de facto, o que verdadeiramente estava em causa era o acesso ao tráfego fluvial e as questões de poder com ele relacionadas.

O povoado de Arnelas, situado na margem esquerda do Douro, frente à foz do Sousa, era território episcopal isento, bordejando a fronteira com o termo do Porto, aí desenhada pelo ribeiro que desembocava no Douro<sup>8</sup>. Apesar de no século X ter existido em Arnelas uma ermida dedicada a Santo André, na Baixa Idade Média esse templo não volta a ser mencionado<sup>9</sup>, pelo que o local deve ter perdido importância.

<sup>7</sup> Tratar-se-ia, contudo, apenas da formalização de uma situação anterior, provavelmente originária ainda do episcopado de D. Pedro da Costa (1510-1535), o aristocrata cortesão que manteria com o Concelho portuense uma longa disputa sobre os seus direitos senhoriais. Disputa que, inclusive, o levou a utilizar uma arma, o interdito, que parcimoniosamente tinha sido empregue pelos seus antecessores medievais. D. Pedro da Costa, aliás, construiria uma torre no couto de Crestuma, próximo de Arnelas, cujas intenções não seriam talvez totalmente inocentes em relação ao intenso comércio do rio: «Item Bastião Alvarez tanoeiro traz a torre que fez o bispo Dom Pedro da Costa e casa terreira com seu cerrado e arvores pagua dozemos e vinte reis...» (ADP, *Mitra*, K/15/6/6, *Livro 2 da Fábrica da Sé*, *Receitas 1583-1584*, [s/n fl.].

<sup>8</sup> Ver, por exemplo: PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa – *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873, vol. I, p. 238vº. Pinho Leal indica ainda que a aldeia, que teria sido refundada em 1540, após uma cheia do Douro, pertenceu até 1834 ao concelho da Feira, couto de Crestuma, freguesia de Santa Maria do Olival; a norte do ribeiro de Arnelas, o território pertencia à freguesia e couto de Avintes, concelho de Gaia, comarca do Porto. Ver ainda BARBOSA, António Augusto Guedes [et al.] – *Esboço monográfico de Santa Maria do Olival*. Gaia: Junta de Freguesia de Santa Maria do Olival, 1984, p. 12. Francisco Barbosa da Costa indica ainda, citando o padre Luís Cardoso (1747) que a ribeira de Arnelas separava, não só as duas freguesias e os dois coutos, mas igualmente o termo do Porto do termo da Feira e a província do Minho da província da Beira, a comarca do Porto da comarca de Esgueira e o Governo de Armas do Minho do Governo de Armas de Almeida (CARDOSO, Luís – *Dicionário Geográfico, ou Notícia Histórica*, Tomo 1, p. 571. Apud COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria do Olival. Notas monográficas*. Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Junta da Freguesia do Olival, 2001, p. 15).

<sup>9</sup> *Ibidem*, pp. 30, 44, 87.

mantendo-se apenas como ponto de paragem para as barcas que praticavam o tráfego fluvial, pese embora a tradição que afirma ter sido originária de Arnelas uma boa parte pedra utilizada na construção da muralha gótica do Porto<sup>10</sup>.

De qualquer modo, se aí existiu um povoado florescente, ele estaria semi-abandonado no início do século XVI. Situação que é confirmada pela leitura do empraçamento do «Casall do Curral d'Arnellas», feito em 1523 pela Mitra portuense a António de Andrade, em que se regista que, para além da área agrícola, existia na povoação apenas uma meia dúzia de habitações<sup>11</sup>. Igualmente importante, pois elucida-nos sobre outra actividade económica de Arnelas, é a referência que no documento é feita à devesa do casal, cujas árvores tinham sido cortadas para a construção naval<sup>12</sup>. Esta seria, provavelmente, a que se praticava nos estaleiros portuenses; a ligação económica entre Arnelas e o Porto passaria ainda pelo tráfego de arcos de pipa oriundos da Terra da Feira<sup>13</sup> e da passagem do sal pelo Douro<sup>14</sup>. Arnelas, por conseguinte, era vital para o escoamento dos produtos da região situada a sul do Douro coincidente com o condado da Feira e para o seu abastecimento a partir de Riba-Douro, termo que, na época, designava as regiões de Penafiel e Baião. Seria, portanto, um ponto estratégico para os senhores da Feira, inclusive porque aí desembocava uma importante estrada medieval<sup>15</sup>, que confluía com a via, designada «estrada real», que unia o Porto a Lisboa<sup>16</sup>.

Entre esses produtos destacava-se, pela sua importância, o vinho. O aforamento de Baltasar Limpo a D. Manuel Pereira surge, aliás, pouco depois das reclamações

<sup>10</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; BARROS, Amândio Morais – *Memórias do rio. Para uma história da navegação no Douro*. Porto: Edições Afrontamento, 2001, p.64.

<sup>11</sup> «Item em Arnellas ha as casas seguintes. Item hũa de Pero Afonso nova sobradada sera por toda quatro braças. Item outra de seu genro telhada e palhaça terreira e outra forja. Item duas pequenas com sua orta de Gonçalo Anes. Item outra de João Anes telhada terreira outra em cima palhaça. Item outra em que em que estaa o genro. Item suas ortas com sucretos pessegueiros e senhas (?) laranjeiras...» (ADP, Mitra, K/20/2/80, Livro 2 de Prazos, 1523, Agosto 8, fls. 48-48v.º).

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> AMORIM, Inês, – *Descrição da comarca da Feira: 1801*. Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª Série, vol.XI, 1994, p. 245.

<sup>14</sup> Ver BARBOSA [et al.] – *Esboço...* p. 12. Ribeiro da Silva também menciona o sal que, a partir de Arnelas, chegava por via fluvial ao Porto (SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640) Os homens, as instituições e o poder*, vol. II. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 849.).

<sup>15</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [edição policopiada], vol I. Porto: FLUP, 1978, est. XII, p. 159.

<sup>16</sup> BARBOSA [et al.] – *Esboço...* p. 24.

levadas pelos procuradores do Porto às cortes de Évora em 1535. Queixaram-se os portuenses ao monarca sobre o modo como o vinho que descia o Douro era desviado em Arnelas. Pela resposta real, datada de 18 de Agosto desse ano, ficamos a saber que esses factos ocorriam, segundo a versão do rei, há muito pouco tempo e, que entretanto, o assunto já tinha sido resolvido<sup>17</sup>. Apesar do aforamento de Arnelas a D. Manuel Pereira datar apenas de 1539, esses acontecimentos já devem estar relacionados com a sua presença na margem do Douro; a casa-torre e as outras construções referidas no documento de empraçamento não se terão erguido da noite para o dia.

Os condes da Feira não seriam os únicos notáveis do Norte do país a prestarem, nessa época, uma atenção redobrada ao comércio fluvial e marítimo do Porto. Um conjunto de pontos estratégicos, na parte final do curso do rio, foi então monumentalizado através de construções estilisticamente revolucionárias. A sua sincronia não pode, portanto, ser encarada como fruto do acaso. Figuras da alta hierarquia eclesiástica estão associadas a elas: para além de Baltasar Limpo, podemos citar o bispo de Viseu e comendatário do mosteiro beneditino de Santo Tirso D. Miguel da Silva e ainda Frei Brás de Barros, o reformador Jerónimo que fundou Santo Agostinho da Serra em 1537. Senão vejamos: D. Miguel construiu na difícil barra de S. João da Foz um conjunto, de forte simbolismo humanista, mas, simultaneamente, capaz de fomentar e facilitar o comércio marítimo portuense; Brás de Barros fundou a dupla rotunda da Serra do Pilar, num local em que a sua aptidão para marco de navegação se integrava com o simbolismo neo-platónico. Baltasar Limpo, que fundara com Brás de Barros o Colégio do Carmo na rua da Sofia em Coimbra, abençoará a primeira pedra desse mosteiro em 1537.

Se o bispo de Viseu podia fomentar o tráfego que entrava na barra<sup>18</sup>, D. Manuel, com o beneplácito do bispo do Porto, poderia aceder ao que descia o Douro; ambos, aliás, estavam em áreas isentas da jurisdição camarária e ambos poderiam, em última análise, beneficiar o comércio fluvial controlado pelo Porto. A vereação portuense, porém, não veria Arnelas segundo esse prisma. Representava uma elite, em crise económica e de identidade<sup>19</sup>, cujas redes comerciais tradicionais se degradavam

<sup>17</sup> AHMP, 124, Livro 3º de Cartas e Provisões, 1535, Agosto 18, fl. 6.

<sup>18</sup> Nas cortes de 1535, os procuradores queixaram-se ao monarca relativamente a um «emballo» que, por altura da pesca da lampreia e do sável, se fazia na Foz do Douro e impedia a entrada do peixe, causando grande prejuízo à cidade. Na sua resposta o rei ordenou que o corregedor ouvisse sobre o assunto os moradores do couto, o bispo de Viseu e a cidade (AHMP, 124, Livro 3º de Cartas e Provisões, 1535, Agosto 18, fl. 5vº).

<sup>19</sup> Ver BARROS, Amândio Jorge Morais – *Alterações nas elites mercantis portuguesas no tempo dos*

e que procurava expandir, para além da área da sua jurisdição, o proteccionismo monopolista que a enriquecera. Arnelas, portanto, mais do que um concorrente, era um inimigo a abater.

A povoação tornara-se impressiva a ponto de ser representada na carta de Álvaro Fernandes Seco em 1561; essa presença de destaque, no primeiro mapa conhecido do território continental de Portugal, precedeu de alguns anos um desenlace violento. Em 1567 o conde queixou-se amargamente ao rei acerca da provisão, obtida pelos vereadores, segundo a qual nenhuma mercadoria poderia ser desembarcada nos portos fluviais, de Arnelas e do Carvoeiro, o que estava a estrangular economicamente o território da Feira. A proibição real tinha ocorrido no seguimento da denúncia, apresentada ao monarca pela Câmara do Porto em 1561, segundo a qual em Arnelas muitas mercadorias eram desviadas para serem embarcadas em Ovar, pelo que a cidade não poderia cobrar sobre elas a terça que lhes era devida<sup>20</sup>. Pouco depois, em 1568, o cerco da Câmara apertou-se: o Cofre dos Bens do Concelho anotou as despesas efectuadas com o envio de porteiros a todo o termo, anunciando aos seus habitantes a proibição de frequentar a feira de Arnelas, e o envio de uma carta aos juizes e vereadores da terra da Feira proibindo a sua realização<sup>21</sup>. Passados alguns dias, nova despesa, desta vez relativa à ida dos vereadores ao porto fluvial, com o intuito de impedir a feira; o argumento esgrimido foi o de que os ajuntamentos não se podiam fazer por razão «do mal da peste d'Esposende». Não seriam apenas os vereadores a dirigir-se a Arnelas, mas também o alcaide, o procurador da cidade, o escrivão camarário e a «gemte que consiغو levaram»; a expedição, pois de uma verdadeira expedição se tratava, durou três dias<sup>22</sup>.

A feira realizava-se a 21 de Setembro, no dia de S. Mateus. Ela será referida num outro empraçamento da quinta, efectuado em 1589, a D. João Pereira<sup>23</sup>, filho de D.

Reis Católicos. O caso da cidade do Porto. *Congreso Internacional Isabel La Católica y su época*, Luís Ribot Garcia e Julio Valdeón Baroque (coordenadores). Valladolid-Barcelona-Granada 15 a 20 de Novembro de 2004 (no prelo).

<sup>20</sup> *Corpus Codicum*, vol. IV, Porto: Câmara Municipal do Porto-Gabinete de História da Cidade, 1938, p. 74.

<sup>21</sup> AHMP, A-PUB 3447, *Cofre dos Bens do Concelho*, Livro 5, 1568, Setembro 25, fl. 49vº.

<sup>22</sup> *Ibidem*, 1568, Outubro 13, fol. 54. Ver PEREIRA; BARRROS - *Memória do rio...*, pp. 64-66. A fonte documental aí referida, porém, é outra: AHMP, *Livro 19 de Vereações*, fl. 78.

<sup>23</sup> ADP, *Mitra*, K/20/3-8, *Livro 8 de Prazos*, 1589, Outubro 10, fls. 151-155. Apud: AFONSO - Arnelas... p. 110. Ribeiro da Silva indica que a feira de Arnelas era antiga e concorrida; a proximidade da cidade e as facilidades de transporte fluvial contribuíam para a sua popularidade. Adianta ainda como, em 1587, os marchantes do Porto tinham o direito de opção sobre os animais que os lavradores dos arrabaldes e do termo do Porto quisessem ir vender à feira (SILVA - *O Porto...*, vol. II,

Manuel Pereira e Dona Joana da Silva<sup>24</sup>. Pela leitura desse documento, depreende-se que o paço de Arnelas se encontrava degradado. As arremetidas do Concelho portuense e a proibição de desembarque de mercadorias tinham produzido o efeito pretendido. É provável que o porto fluvial se encontrasse, igualmente, desactivado e abandonado pelos condes. Compreende-se assim o alcance da citação de Ackermann, introdutória deste texto: Arnelas cumpria, simultaneamente, a função de vilegiatura e centro económico; daí a heterodoxia de uma *villa* que, na verdade, acabava por o não ser.

Como as antigas *villas* coloniais, Arnelas estava associada a uma povoação, criada em simultâneo com o paço residencial. Este, por sua vez articulava duas componentes antagónicas: se um ambiente rural, cenografado e racionalizado será sempre recreado na *villa* clássica através do jardim que, em Arnelas, adquiriu uma precoce importância no panorama do paisagismo português, ele combinou-se aí, igualmente, com as infra-estruturas portuárias necessárias para o manuseamento e armazenamento das mercadorias. Na realidade, será preciso recuar até Roma para encontrarmos associação similar na tipologia da *villa* marítima<sup>25</sup>. Nesta, porém, as instalações portuárias terão sempre uma componente lúdica, não decisiva para a própria sobrevivência económica da *villa* como sucedeu em Arnelas.

O plano do paço de Arnelas apresenta, aliás, aproximações ao das *villas* pompeianas, que conhecemos essencialmente através das descrições de Plínio e que, dada a frequência, por D. Manuel, de uma corte dominada pela cultura humanista, não serão coincidência. Por agora saliente-se que, em Arnelas, a *villa* propriamente dita, os jardins e a aldeia se organizavam em torno de um eixo principal, criado pelos condes no sentido norte-sul, paralelamente ao rio, frente ao areal - *arenella* - que deu o nome à povoação. Articulada com essa coordenada de escrita topográfica, bem própria do urbanismo português, desenvolveu-se uma outra, no sentido nascente-poente e perpendicular ao rio, que iniciou a escalada da colina no cimo da qual se ergue actualmente a capela setecentista de S. Mateus. Um outro eixo,

pp. 725-726; 733).

<sup>24</sup> D. Manuel Pereira, filho do 4º conde D. Diogo Forjaz Pereira, morreria antes do seu pai, pelo que nunca chegou a usar o título de conde da Feira. O 5º conde seria, por conseguinte, o seu filho primogénito D. Diogo Forjaz Pereira. Como este teve apenas um filho, que faleceu sendo ainda criança e, entretanto, viria também a morrer, o título passaria para o seu irmão, D. João Forjaz Pereira, a quem foi empraçado o casal em 1589 e que viria a ser nomeado vice-rei da Índia (FERREIRA - Condes da Feira..., p. 97; Genealogia do III Conde da Feira..., p. 47; TÁVORA, D. Fernando de Tavares e - *O Castelo da Feira: sua descrição, sua história e notícia sobre os Condes da Feira*. Porto: F.T. e Távora, 1917, pp.95-97.

<sup>25</sup> ACKERMANN - *La villa...*, p. 63.

igualmente na direcção nascente-poente, deslocava-se ao longo do vale transversal da ribeira e do troço final da estrada medieval; esse seria, muito provavelmente, o mais antigo foco de urbanização.

O actual templo de S. Mateus data de 1723. Foi, porém, originalmente erguido pelos condes, talvez pelo 4º conde D. Diogo Forjaz Pereira (1514-1579, titular entre 1552 e 1579)<sup>26</sup>, já que não é mencionado no emprazamento de 1539. Surpreendente na sua implantação é, não apenas a relação de domínio da paisagem mas igualmente da povoação a seus pés, o que poderá pressupor o conhecimento dos *Sacro Montes* italianos. Estes, como «cidades sacras», resultaram da materialização das teorias urbanísticas de pseudo-tratadistas – sobretudo Galeazzo Alessi, projectista, entre 1565-1569, do santuário de Varallo, iniciado em 1486 – que, por vezes, conseguiram levar a bom termo um modelo de «cidade ideal» dentro da cidade pós-tridentina triunfante<sup>27</sup>. Ao simbolismo poderoso do monte, ponto de passagem entre o céu e a terra sacralizado pela ermida, adiciona-se o do caminho penitencial ascendente que, desde o sopé da colina, junto à margem do Douro, era percorrido pelo peregrino<sup>28</sup>.

A fusão do sagrado e do mercado que infesta todo o plano de Arnelas – S. Mateus é o orago dos publicanos e cobradores de impostos – que infesta todo o plano de Arnelas recorrerá ainda ao simbolismo, igualmente poderoso, da escadaria axial como forma de contacto entre a capela e o troço final do percurso penitencial. A escada, os degraus pelos quais as almas sobem no seu percurso final até Deus, será um tema contemporaneamente desenvolvido no Porto pelos Jesuítas; em ambos os casos estamos frente a uma precoce utilização da perspectiva como forma de representação e domínio do espaço. A sua utilização em Arnelas não será fortuita: a origem da perspectiva geométrica deverá remontar às longas avenidas de ciprestes,

<sup>26</sup> Primogénito de D. Manuel Pereira e de D. Joana da Silva, nasceu provavelmente em 1514, sendo conde entre 1552 (ano da morte de D. Manuel) e 1579. Casado com D. Ana de Meneses, ordenou importantes obras no castelo da Feira e, na vila, fundou o convento dos cônegos de S. João Evangelista em 1560. No ano de 1580 teria contratado com o mestre-pedreiro Jerónimo Luís a construção da capela-mor da igreja do convento mas, entretanto, viria a falecer (GONÇALVES, A. Nogueira – *Vila da Feira: Castelo, Convento, Misericórdia*. Vila da Feira: Câmara Municipal, 1978, p.57. Ver ainda, sobre Diogo Forjaz Pereira e as obras por ele ordenadas no castelo da Feira – TÁVORA – *O Castello...*, pp. 12-13; 15; 58.

<sup>27</sup> STEFANI PERRONE, Stefania. – *Sacri monti come Città Ideale, Centri Storici di grandi agglomerati urbani*, a cura di Corrado Maltese, Bologna: CLUEB, 1982, pp. 55-66; idem- “L’urbanistica del sacro monte e l’Alessi,” *Galeazzo Alessi e l’architettura del cinquecento, Atti dell’omonimo convegno internazionale di studi, Genova, 16-20 aprile 1974* (Genoa, 1975), pp. 147-186.

<sup>28</sup> Ver ELIADE. Mircea – *El mito del eterno retorno*, Madrid, 1972, pp. 21-25; CIRLOT, J. E. – *Diccionario de Símbolos*, Barcelona, 1985, pp. 153-156 e 308-10; SEBASTIAN LOPEZ, S. – *Contrarreforma Y Barraco*, Madrid: Alianza Forma 1985, pp. 31, 331, 332.

que surgem nos empreendimentos agrícolas dos arredores da Florença do século XIV, cadilhos experimentais das novas formas de exploração económica pré-capitalista<sup>29</sup>. Arnelas teve igualmente a sua avenida de ciprestes: «Item detras das casas vai h a rua entestar no pinheiro real muito comprida (...) e ambas as bandas da rua tambem ha laranjeiras...<sup>30</sup>; a perspectiva, quer na Florença do século XIV, quer nas margens do Douro do século XVI, configura a produção de uma nova realidade económica e social, que não se baseia mais na cidade tomada em si mesma, nem no campo tomado em si mesmo, mas na sua relação dialéctica no espaço<sup>31</sup>.

As possibilidades dessa relação inovadora porém, seriam bruscamente interrompidas pela oposição violenta do Concelho portuense. Arnelas eclipsou-se, o paço viria a ruir<sup>32</sup> e a história desinteressou-se do local, o que torna mais difícil a recreação do plano quincentista da povoação, com a exacta implantação dos diversos elementos que o compunham e surgem assinalados na documentação consultada, sobretudo dos séculos XVI e XVIII<sup>33</sup>. A iconografia e a observação *in-loco* serão instrumentos essenciais para a reconstrução da estratigrafia da paisagem urbana da povoação. De qualquer modo, esse trabalho estará sempre sujeito a erros e equívocos se não for completado pela pesquisa arqueológica.

A mais importante estrutura quincentista ainda hoje existente, datável da campanha construtiva do conde D. Manuel Pereira, é a grande edificação trapezoidal debruçada sobre o rio, e que possuía a tripla funcionalidade de jardim suspenso, miradouro e armazém do porto fluvial que lhe ficava em frente. É porém, muito provável que ele tenha sido transformado após uma derrocada ocorrida em 1909<sup>34</sup>. O jardim suspenso, em que se sobrepõem a certeza da paisagem e do rio à funcionalidade económica das três lojas ou armazéns abobadados que o suportam, é um

<sup>29</sup> LEFEBVRE, Henri – *La production de l’espace*, 4ª édition. Paris : Anthropos, 2000, p.94.

<sup>30</sup> ADP, Mitra, K/20/3-8, *Livro 8 de Prazos*, 1589, Outubro 10, [s.n.fl.].

<sup>31</sup> LEFEBVRE – *La production...*, p. 94.

<sup>32</sup> A extinção da casa da Feira, em 1700, terá contribuído para o descalabro. Em 1758, o abade de Santa Maria do Olival informa, nas *Memórias Paroquias*, que a aldeia tinha cinquenta e oito vizinhos (COSTA – *Santa Maria do Olival...*, p. 151). Se calcularmos um número de 4 habitantes para cada uma das 18 habitações «telhadas» que a aldeia, segundo o aforamento de 1589, possuía, obteremos o número de setenta e dois habitantes.

<sup>33</sup> Para além dos emprazamentos já referidos, conhece-se, igualmente, o efectuado em 1700, que é referido por Francisco Barbosa da Costa, que, baseando-se nele, faz uma descrição da propriedade e do paço (ADP, Mitra, K/20/3-18, *Livro 18 de Prazos*, 1700, Junho 6, fls. 155vº – 157. Apud COSTA – *Santa Maria do Olival, ...*, p. 173). Um outro emprazamento, datado de 1785, descreve o paço, os jardins e a aldeia (ADP, Mitra, K/20/4-99, *Crestuma*, 1785, fl. 4vº e ss.).

<sup>34</sup> BARBOSA [et al.] – *Esboço...* p. 32. Assim o sugerem as discrepâncias formais nos espaços abobadados, na disposição das aberturas e no tratamento dos cunhais da zona norte do imóvel.

objecto sem par no Norte do país. Trata-se de uma estrutura surpreendente, não apenas em termos de técnica construtiva mas, igualmente, de significados. Ela, por si só, simboliza bem a coerência de uma fundação em que a actividade económica desenvolvida junto ao Douro sustentou a existência de uma local de vilegiatura para os condes sob os sagrados augúrios do publicano S. Mateus. Nessa diversidade funcional, Arnelas terá paralelo no paço manuelino da Ribeira, em Lisboa, que o conde D. Manuel terá conhecido bem, sendo aliás um dos personagens da corte do Venturoso a que se refere Gil Vicente<sup>35</sup>. A relação do paço lisboeta com o Tejo, porém, era diversa, já que o terraço miradouro, frente ao rio, estava axialmente coordenado e integrado com ele. Em Arnelas, porém, a relação é mais livre, com uma aproximação mais casual à natureza, uma articulação mais independente das partes e uma relação muito menos dominadora, porque mais acomodada com a topografia; portanto, mais próxima do ambiente das *villas* imperiais clássicas. Mas não seria nestas e sim, pese embora o seu carácter mais compacto, na *villa* de *Laurentinum*, de Plínio, que podemos encontrar uma relação muito aproximada com Arnelas, nas torres, no criptóportico paralelo à costa, no conjunto de terraços com jardim formal – o *xystus* –, e nas janelas orientadas para o horto e para o mar<sup>36</sup>.

A tipologia da *villa* seria retomada nos finais da Idade Média, contemporaneamente aos primeiros sinais do renascer da cultura clássica e de idealização rural no século XIV; eles seriam protagonizados por Petrarca, toscano por nascimento. A *villa medicaea* de Fiesole, encomendada pouco antes de 1455 por Cosimo de Medicis a Michelozzo para o seu filho Giovanni Medicis, deveu a escolha da sua localização unicamente à panorâmica que se desfrutava do local. Para a sua construção foi necessário executar uma sub estrutura maciça de suporte para o edifício e o jardim, adossada à inclinada encosta da colina. Ou seja, um criptopórtico como o existente em *Laurentinum* e em Arnelas. Aqui, seria igualmente necessário rasgar o xisto da encosta para edificar o armazém; as suas três abóbadas de canhão em pedra apoiam-se, posteriormente, na parede rochosa. As aduelas das abóbadas, anarquicamente remontadas após o desmoronamento, mostram uma molduração inovadora para a época; ela repete-se na dupla fila de gárgulas que sobressaem da frente do jardim-armazém, irregularmente entremeada por alguns óculos serlianos. A vaga distribuição destes poderá ser resultante da reconstrução empreendida após a derrocada do início do século passado; a moldura decorativa das gárgulas e aduelas

parece remeter para uma época construtiva mais tardia que a década de trinta, o que se coadunaria, igualmente com a ideia de percurso sagrado que se associou à colina.

A tradição mediterrânea representada em Arnelas pelo jardim formal – o *xystus*, suspenso e de planta trapezoidal que, no século XVI, como hoje, se abrigava à sombra de uma latada – e pelo escalonamento da *villa* em patamares, ocasionais e sucessivos, completa-se na estrutura, com um ligeiro revelim na base virada ao rio, adossada a sul do armazém. Ela deve ter sido ocupada pela capela do paço, cuja invocação era de Santo António, em situação igualmente suspensa que a precavida contra as cheias do Douro. A porta travessa da ermida abria-se para a rua Direita – actual rua de Santo António – e é mencionada na descrição constante do empraçamento de 1785 e no *Dicionário Geográfico* de Luís Cardoso. Junto a ela, voltado ao *xystus*, situou-se um chafariz de que ainda existe uma das bicas, única sobrevivente de um conjunto original de três<sup>37</sup>.

O grande pátio será, igualmente, um dos temas espaciais desenvolvidos nas residências de recreio nos arredores de Lisboa no século XVI. Ele criou zonas-tampão, precedendo a habitação, que concederam a esta um carácter quase sagrado<sup>38</sup>. Nenhum desses pátios do arrabalde alfacinhas, contudo, tem o tipo relação com a paisagem, já para não falar da funcionalidade económica, que se desenvolveu em Arnelas, cuja inspiração, não será de mais repeti-lo, parece estar, mais do que na tradição portuguesa, na *villa* mediterrânea. A sul da capela e do *xystus*, paralelamente ao rio e correndo debaixo das janelas do paço, dispunha-se, numa extensão de um pouco mais de quarenta metros, um extenso jardim-pomar, socalcado, e cercado, em que predominavam as laranjeiras e vinhas<sup>39</sup>. Esse jardim, ao contrário do *xystus*, está plenamente integrado na tradição portuguesa; hoje com os socalcos semi-ocultos por construções dos séculos XIX e XX e silvados quase impenetráveis, alcançava a mata da propriedade. O horto, igualmente socalcado, situou-se atrás da *villa*, na encosta entre esta e a ermida de S. Mateus<sup>40</sup>.

<sup>35</sup> FERREIRA – Condes..., p. 93.

<sup>36</sup> PLÍNIO, *Epist.* II, xvii. Apud ACKERMANN, James S. – *La Villa...*, p. 58.

<sup>37</sup> A capela é referida no *Dicionário Geográfico* do padre Luís Cardoso; ele afirma que tinha a porta travessa aberta para a estrada, ou rua e «...está também em aprazível sítio, que o faz uma vistosa fonte, que fica dentro do pátio, e junto à dita capela com três bicas de água perenes». CARDOSO, padre Luís Cardoso – *Dicionário Geográfico do Reino de Portugal*, 1747. Apud GONDIM, Inocêncio Osório Lopes – *Avintes e suas antiguidades*. Porto: Junta de Freguesia de Avintes, Porto, 1986, p. 41.

<sup>38</sup> CARITA, Hélder e CARDOSO, António Homem – *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*, Lisboa: Edição dos autores, 1987, p. 55

<sup>39</sup> ADP, *Mitra*, K/20/2-82, *Livro 4 de Prazos da Mitra*, 29 de Novembro de 1539, fl. 82 vº.

<sup>40</sup> ADP, *Mitra*, K/20/3-8, *Livro 8 de Prazos da Mitra*, 1589, Outubro 10, fl. 153.

A fachada mais extensa do paço, paralela e sobranceira à rua Direita, orientava-se, desse modo, para o nascente, o rio e o jardim<sup>43</sup>. Desse paço, e da sua torre restam apenas o que poderá ser a importante escadaria de acesso à entrada principal e alguns vestígios de aparelho nos muros de contenção, quer ao nível da rua, quer do primeiro terraço da actual propriedade. É possível que as habitações que se erguem hoje nesse local, a SO do grande armazém/jardim trapezoidal, tenham resultado de transformações operadas na estrutura paçã original. Por exemplo uma outra capela, para além da de Santo António, existiu provavelmente nesse local; ela é sugerida na gravura de 1848, sendo igualmente mencionada na descrição da quinta de 1589<sup>42</sup>.

Na mesma rua de Santo António, a norte do jardim suspenso, encontram-se ainda algumas habitações cuja origem quinhentista é inquestionável; destaca-se a que, pela sua morfologia, similar à de uma torre, e localização frente ao porto e junto da *villa*, deve ter desempenhado um papel importante na povoação. Refira-se que em Arnelas residiam nobres das casas condal e real, como o escudeiro Jorge Correia, que em 1539 representou o conde D. Manuel Pereira no empraçamento feito por Baltasar Limpo ou o moço de câmara do rei Luís de Azevedo<sup>43</sup>. O alongado edifício que se ergue hoje entre essa estrutura e a escadaria da fachada principal do paço, e que se destinou ao armazenamento de vinhos, deverá ser mais recente, provavelmente do século XIX, ocupando uma área que terá sido então terraplanada. Ele está já representado na gravura oitocentista de Cesário Augusto Pinto; na sua ala sul, mais elevada e contígua à escadaria que julgamos ter pertencido à entrada da residência condal, pode-se, nessa imagem, detectar um guindaste destinado à elevação das pipas<sup>44</sup>. No empraçamento de 1785, alguns anos depois da fundação

<sup>43</sup> Se, no artigo do Tripeiro citado se localizou o paço condal na rua Direita, mas a norte do criptopórtico, a leitura do empraçamento de 1785, bem mais preciso na descrição da povoação, permitirá situá-lo a sul desse edifício, na mesma margem poente da rua, frente ao laranjal, (ADP, *Mitra*, K/20/4-99, *Crestuma*, fl. 4 vº).

<sup>42</sup> ADP, *Mitra*, K/20/3-8, *Livro 8 de Prazos da Mitra*, 1589, Outubro 10, fl. 152 vº. Segundo a «Proposta de classificação de Arnelas como zona histórica da freguesia do Olival», elaborada pelo Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, datada de 1986, a capela de Santo António teria sido demolida cerca de 1860 (p. 8). O *Catálogo* de D. Rodrigo da Cunha, porém, só menciona a existência de duas capelas em Arnelas: a de Santo António e a de S. Mateus; a mesma indicação surge nas *Memórias Paraquias* de 1758 (Apud COSTA, Francisco Barbosa da – *Santa Maria do Olival...*, pp. 45, 152). A gravura, de Cesário Augusto Pinto, data de 1848 (*Estampas antigas de Vila Nova de Gaia*, Ed. Afons' Eiro, 1989).

<sup>43</sup> Respectivamente: ADP, *Mitra*, K/20/2-82, *Livro 4 de Prazos da Mitra*, 1539, Novembro 29, fl. 82. ADP, *Colégio de S. Lourenço da Companhia de Jesus*, 1890, 1563, Julho 20, fl. 139vº.

<sup>44</sup> Os armazéns abobadados sob o jardim suspenso foram, igualmente, utilizados como caves para vinho do Porto pela Companhia Real Vinícola (BARBOSA, António Augusto Guedes; NOGUEIRA, Isabel Maria

da Real Companhia das Vinhas do Alto Douro, é já perceptível que Arnelas tinha recobrado um segundo fôlego, sendo, por exemplo referida a existência, a SO do paço, de dois armazéns de vinhos, com um comprimento, respectivamente, de quarenta e sete e quinze varas<sup>45</sup>, que existem ainda actualmente.

O plano de Arnelas revela, simultaneamente, a inteligência da sua fundação e o curto período de progresso que no século XVI terá vivido; não existem aí os lotes burgueses, estreitos e longos, que o intenso desenvolvimento do mercado produziria na vizinha cidade do Porto desde o século XIV: a partir da rua Direita de Arnelas respiram, a espaços regulares, através dos canais transversais dispostos entre os blocos rectangulares, as correntes de luz líquida do rio. A interrupção da actividade económica do povoado e o controlo apertado que, mesmo após o século XVI, a elite portuense vai manter sobre ele, serão responsáveis por esse congelamento morfológico, consequência da estagnação económica.

Arnelas, para além de óbvias questões de poder, revela uma face mais utópica: a do sonho albertiano, humanista e empreendedor do fidalgo mercador, que esbarraria na oposição de homens, outrora praticantes da liberdade da mercancia, mas então já envolvidos numa defesa monopolista e conservadora de privilégios. De facto, se por um lado o verdadeiro senhorio colectivo que era o Concelho do Porto via, sob esse prisma, Arnelas como uma *villa* contra a cidade, por outro lado ela podia ser apontada como um exemplo a seguir: o da diversificação, bom investimento e, sobretudo, aposta na iniciativa individual. Como, aliás, fizera D. Miguel da Silva na Foz do Douro, igualmente com efêmero sucesso. Os desenvolvimentos do comércio portuense na segunda metade do século XVI, a progressiva perda de protagonismo comercial da elite camarária portuense e a afirmação dos mercadores cristãos-novos, que trouxeram consigo um visionário entendimento do papel do Porto na construção do mundo Moderno, centrado na mesma iniciativa individual que foi cerceada em Arnelas, iriam aliás, ainda que por pouco tempo, dar-lhes razão.

Correia; ROCHA, Rosa Maria Alves da e CARVALHO, Luís Lopes Teixeira de – *Esboço...* p. 32). As dificuldades de interpretação das descrições documentais existentes levaram-nos, em artigo anterior, a localizar o paço no edifício, provavelmente oitocentista, que se situa ao longo da rua de Santo António e que, neste artigo, adiantamos ter servido como armazém de vinhos. Do mesmo modo, uma melhor leitura da documentação e a análise de novos dados levaram-nos, nesta comunicação, a corrigir a localização da capela de Santo António anteriormente adiantada, colocando-a no extremo sul do jardim suspenso trapezoidal (ver AFONSO – *Arnelas...*).

<sup>45</sup> ADP, *Mitra*, K/20/4-99, *Crestuma*, 1785, fls. 4vº – 5.